A DEMOCRACIA DUBETIANA E A FORMAÇÃO SUPERIOR VIA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Amanda M. R. Eid*, Ana Elisa Spaolonzi Q. Assis.

Resumo

Desde seu surgimento, no início do século XX, a modalidade de Educação a Distância (EaD), no Brasil, corrobora com concepções de democratização do ensino. Assim, ao se tratar desta temática, inclusive na legislação referente à modalidade, diversas concepções de justiça, igualdade e democratização aparecem e se fundem. Uma dessas concepções é dada por François Dubet, que entende a democratização como sinônimo de igualdade de oportunidades. Com vistas ao fomento desta discussão, e sendo essa concepção de suma importância para que se atinja uma sociedade mais igualitária, este trabalho irá apresentar o projeto de pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia que problematiza se a democratização dubetiana se faz presente na legislação referente à educação a distância de 1996 a 2007. Para cumpri-lo, serão realizadas leituras de obras pré-selecionadas de Dubet e da legislação; e por meio da análise documental, será feita a comparação entre a democratização descrita pelo autor e a que está presente na legislação nacional da EaD. Como hipótese tem-se que a concepção de democratização enquanto igualdade de oportunidades não está presente, mas sim como igualdade de acesso.

Palavras-chave

educação a distância, Dubet, democratização.

Introdução

Dubet (2008) questiona se a igualdade de acesso realmente vem a significar igualdade de oportunidades e justiça. Segundo o autor, a Instituição de Ensino Superior, deve dispor das mesmas oportunidades de êxito a todos os estudantes, independentemente de suas condições sociais. O autor afirma que essas oportunidades se dariam a fim de se construir uma justa competição, para que assim, cada qual possa assumir o papel na ordem social que seja definido por livre escolha do sujeito e não as custas das circunstâncias sociais, econômicas, etc. Entretanto, ofertar as mesmas oportunidades de sucesso a todos é impossível, ao passo que a instituição de ensino é incapaz de apagar as marcas da desigualdade social que são feitas nos estudantes pela sua condição cultural, histórica e social. Assim a igualdade de acesso se faz bem diferente da igualdade de oportunidades, ou ainda, a igualdade de acesso não garante a igualdade de oportunidades.

Nesta perspectiva, este projeto de pesquisa busca problematizar se a concepção de democratização dubetiana se faz presente na legislação referente à educação a distância de 1996 a 2007.

Resultados e Discussão

A pesquisa tem caráter qualitativo e como metodologia se utilizará a análise documental. Primeiramente, selecionaram-se as obras de François Dubet a serem lidas e a legislação referente à EaD indicadas pelo Ministério da Educação (MEC). Ainda, reconheceu-se o histórico da EaD no Brasil por meio do trabalho de Santos (2013) e Moran (2002). Assim, ao serem realizadas as leituras, será feita uma análise com a intenção de problematizar se a concepção de democratização apresentada por Dubet se encontra na legislação brasileira referente à Educação a Distância a partir de 1996 até 2007.

De acordo com Gomes (2009), essa modalidade de ensino abre margens a diversas políticas de ampliação de acesso a cursos de formação superior, especializações e

cursos técnicos, tais quais a Universidade Aberta do Brasil (UAB) e o Pró-Licenciatura. Com as várias iniciativas vê-se o crescimento da EaD, de acordo com o Censo da Educação Superior de 2013 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP) o percentual de crescimento é de 35,3% considerando-se o período entre 2010 e 2013. Assim sendo, a EaD se torna um importante instrumento de promoção de novas oportunidades de mobilidade social (SANTOS, 2013). Vale questionar que oportunidades seriam essas.

Conclusão

Dubet, em seu trabalho “Qual democratização do Ensino Superior” (2015), questiona a concepção que considera a democratização apenas como a igualdade de acesso, de oferta de vagas, ou ainda, a democratização como massificação do ensino superior. Essa concepção desconsidera as próprias desigualdades que existem entre os diferentes oferecimentos de cursos de Ensino Superior, como por exemplo, o valor do diploma, do curso e da instituição, que continuam gerando novas desigualdades sociais. O autor afirma então, que a verdadeira democratização exigiria que todas as classes sociais tivessem as mesmas possibilidades de mobilidade social. A hipótese, então, é a de que essa concepção de democratização como igualdade de oportunidades, não será encontrada nos documentos legais, mas sim como igualdade de acesso, corroborando com os trabalhos de Moran (2002) e Santos (2013) que nos mostram a EaD apenas como igualdade de acesso ao Ensino Superior.

DUBET, F. Democratização escolar e justiça na escola. Revista Educação, Santa Maria/RS, v. 33, n. 3, p. 381-394, 2008.

DUBET, F. Qual Democratização do Ensino Superior? Caderno C R H, Salvador, v. 28, n. 74, p. 255-265, Maio/Ago. 2015.

GOMES, S. G. S. Políticas Públicas em EAD no Brasil. E-Tec Brasil. Tópicos em Educação a Distância. 2009.

INEP/MEC. Resumo Técnico: Censo da Educação Superior 2013. Brasília: Inep, 2013.

MORAN, J. M. O que é Educação a Distância. Universidade de São Paulo. 2002.

SANTOS, M. D. M. A Constituição do Campo da Educação Superior no Brasil: 1996-2010. Campinas, SP. [s.n.] 2013.